

Parecer preliminar de Tinoco é aprovado

A Comissão Mista do Orçamento aprovou ontem o parecer preliminar do relator, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), sobre o Orçamento Geral da União para 1990. O relatório prevê remanejamentos de NCz\$ 2,050 bilhões para atender às emendas dos parlamentares, o Judiciário e setores sociais, nesta ordem. Tinoco propôs cortes de NCz\$ 450 milhões, principalmente da área militar, e a destinação dos recursos para os ministérios da Educação, Transporte, Agricultura, Minas e Energia e Saúde.

Também foi aprovado um corte linear de 5 por cento no item custeio (manutenção da máquina administrativa) dos diversos órgãos do Executivo, exceção das áreas afetadas por outros cortes. O dinheiro, NCz\$ 600 milhões, vai para o Judiciário, que mesmo

assim ficará com NCz\$ 1 bilhão a menos do que pediu na proposta original.

O maior artifício dos parlamentares, entretanto, foi a previsão de excesso de arrecadação. Tinoco estabeleceu um "Programa Especial", no valor de NCz\$ 1 bilhão, que seria conseguido por uma "economia forçada do Orçamento". Se a comissão optar pela indexação orçamentária durante 1990, o dinheiro seria conseguido pelo deslocamento de uma parte do que fosse corrigido pela inflação. No exemplo dado pelo relator, se a inflação atingisse 20 por cento, o orçamento seria corrigido neste índice, mas somente 16 por cento seriam incorporados às verbas fixadas. Os outros quatro por cento (1/5 da correção), seriam para cumprir as emendas.

Tinoco argumentou que este artifício serviria para atender à "expectativa de mexer no Orçamento" dos senadores e deputados, depois de tantos anos apenas aprovando as previsões que vinham do governo militar. "É o desejo de ver uma obra, qualquer, realizada", disse o relator. No entanto, a proposta enfrenta a forte oposição do deputado José Serra (PSDB-SP), que afirma ser uma medida inconstitucional. "Estão pisando a Constituição, que impede a criação de receita", reclamou Serra. "Vou até o Supremo (Tribunal Federal) contra isso". Serra discutiu o problema com os colegas César Maia (PDT-RJ) e Vladimir Palmeira (PT-SP), que concordaram com seu argumento. Mas Maia acredita que Sarney veterará o dispositivo.